

A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL¹

A teoria da enunciação se desenvolveu bastante na França com as reflexões de Benveniste e Jakobson, a partir dos anos 50, dando lugar a um campo de pesquisas vasto e ativo. São inúmeras as publicações sobre dêiticos, tempos verbais, modalidade, polifonia, intertextualidade, para citar apenas esses domínios de pesquisa. Apesar da distância entre o nível de desenvolvimento atingido pela pesquisa e sua exploração no quadro da pedagogia de línguas, tal desenvolvimento teve conseqüências de ordem pedagógica bastante relevantes: os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), as propostas curriculares elaboradas pelas secretarias de educação, alguns livros didáticos adotaram uma concepção de linguagem - *linguagem como processo de interação* - e uma orientação completamente novas para o ensino-aprendizagem de língua materna.

Na primeira parte desse trabalho, eu vou me referir rapidamente à lingüística da enunciação e ao seu âmbito de pesquisa. Na segunda, serão analisadas algumas manifestações da polifonia, um dos fenômenos mais estudados no contexto da teoria da enunciação, uma vez que a pluralidade de vozes no enunciado é uma das dimensões fundamentais do discurso.

1 A lingüística da enunciação

No sentido amplo, a *lingüística da enunciação* abrange as correntes de estudo da língua que adotam a concepção de linguagem como processo de interação. Travaglia (1995) coloca sob esse rótulo de a Lingüística Textual, a Teoria do Discurso, a Análise do Discurso a Análise da Conversação, a Semântica Argumentativa e todos os estudos ligados à Pragmática. Poderia-se também caracterizar a lingüística da enunciação como aquela que adota a perspectiva funcionalista em oposição a uma perspectiva formalista².

Apesar da lingüística da enunciação abranger correntes que se desenvolveram ao longo dos últimos anos, eu vou me referir à lingüística francesa, uma vez que os trabalhos de Jakobson e os de Benveniste são considerados pioneiros.

Antes porém é necessário mencionar, o nome de Bakhtin que é atualmente uma referência maior nesse domínio. Bakhtin definiu como objeto da lingüística, o enunciado - incluindo aí o contexto de enunciação, já em 1929. Propôs a seguinte ordem metodológica para o estudo da linguagem: (1977: 137):

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas onde esta se realiza.
2. As formas das enunciações distintas, os atos de fala, em ligação estreita com a interação da qual eles constituem os elementos /.../
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.”

Na realidade, ele antecipou os estudos da lingüística da enunciação, a partir de uma constatação: não se pode determinar o sentido de um enunciado se não se leva em conta a situação de enunciação. É o caso dos dêiticos. Jakobson (1963) mostrou que não se pode definir sua significação geral fora de uma referência à mensagem. É impossível saber, por exemplo, a que pessoa e a que lugar se referem *eu* e *aqui* num enunciado do tipo: “*eu fiquei trabalhando aqui*”.

Outros fenômenos lingüísticos foram estudados no quadro da teoria da enunciação. Como a linguagem deixou concebida como instrumento neutro com a função de transmitir informações, as marcas da subjetividade do sujeito no enunciado - a modalidade-, os tempos e modos verbais, as formas de discurso reportado foram os primeiros objetos de estudo da lingüística da enunciação.

Os tempos do indicativo, por exemplo, aparecem nas gramáticas tradicionais, dentro de um quadro

¹ Tendo em vista o título da mesa-redonda - *A lingüística e o ensino de língua portuguesa* - esse trabalho foi elaborado visando mais especificamente aos professores de 1º. e 2º. graus e aos estudantes de Letras.

² A abordagem formalista concebe a linguagem como conjunto de frases, cuja função é expressar o pensamento e se propõe a descrever frases independentemente do contexto em que são usadas.

único, com as suas conjugações sem solução de continuidade, transmitindo uma impressão de homogeneidade. É como se para produzir um enunciado o locutor escolhesse aquelas formas com os valores temporais e aspectuais que ele quisesse produzir.

Os trabalhos de Benveniste (1966) sobre as relações de tempo no verbo francês conduziram à definição de dois sistemas distintos de tempos do indicativo, correspondentes a dois tipos de enunciação complementares, **o Discurso e a narrativa**.

O presente do indicativo - definido como coincidência com o momento da enunciação - está relacionado com o discurso; os tempos do pretérito estão relacionados com a narrativa ou o relato. E mais: os acontecimentos colocados no primeiro plano, as ações narrativas, se conjugam no pretérito perfeito e mais-que-perfeito; as descrições destinadas a apresentar os personagens, suas emoções, sua identidade, assim como as informações sobre a atmosfera e as localizações espaço-temporais, etc. são conjugadas no imperfeito. Os tempos verbais têm também uma função importante na estruturação dos textos, pela posição que ocupam, pela sua repetição e pelas mudanças. Portanto, os tempos verbais não podem mais ser estudados nas aulas de línguas sem essa correlação com os tipos de enunciação.

As formas de manifestação da polifonia - o discurso repostado, a negação, a pressuposição a ironia, as formas metadiscursivas, o emprego de sinais tipográficos -também não podem ser estudados na perspectiva formal. Como eu disse na introdução, eu vou me deter aqui no estudo da polifonia, mais especificamente no uso de sinais gráficos, para ilustrar a produtividade dessa abordagem.

2 Polifonia

Montaigne dizia: “nós vivemos nos entreglosando” (*nous ne faisons que nous entregloser*). É verdade, o lugar que ocupa o discurso do outro no nosso discurso é enorme. Conscientemente ou não estamos condenados a retomar palavras e discursos de outros, que podem estar demarcadas ou não na superfície textual. Os sinais tipográficos são usados para apontar as manifestações explícitas de uma diversidade de fontes enunciativas no texto.

Aspas, itálico, negrito, sublinhamento, alíneas são marcas de uma operação metalingüística de distanciamento (Authier 1981): elas assinalam um comentário, alguma vezes explícitos, como no exemplo 2, mas que na maioria dos casos permanece implícito:

(1) Por outro lado, as elites intelectuais e políticas de Pernambuco por algum tempo ficaram “em cima do muro”, como se diz hoje, sem hostilizar e sem apoiar totalmente a Sudene. (E150 - Editorial)

As gramáticas tradicionais só contemplam o emprego de aspas, no capítulo relativo à pontuação. Nelas encontramos a seguinte descrição: para indicar citação, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, gíria, vulgarismos, ironia. Os demais sinais - itálico, negrito, sublinhamento, alíneas, margens - não são objeto de descrição. Esses sinais têm em comum a função de servir de comentário, ou de instrução de leitura. Basta uma rápida observação nos jornais e outros textos que circulam cotidianamente para constatar a alta frequência dos sinais tipográficos e os diferentes efeitos de sentido que introduzem nos enunciados.

Os casos clássicos de citação e títulos de obra não serão analisados aqui, apesar de termos um grande número de exemplos em que as aspas enquadram não só a citação direta, mas também ilhas textuais (Authier, 1979), ou seja, palavras pronunciadas dentro de relatos ou de discurso indireto.

Segundo Authier (1981:128), o comentário crítico introduzido pelas aspas supõe uma atitude metalingüística de desdobramento do locutor, que se coloca como juiz e dono das palavras, capaz de se distanciar e de emitir um julgamento sobre elas no momento em que ele as utiliza. O mesmo pode ser dito com relação aos sinais tipográficos.

Em outras palavras, o distanciamento manifesta um questionamento sobre o caráter apropriado da palavra ou expressão aspeada. As aspas constituem, portanto, uma marca de defeito, ou seja, elas significam genericamente “essa palavra não convém, mas mesmo assim eu a utilizo”.

As palavras aspeadas também aparecem como “deslocadas”, pertencentes a outro, tornando o discurso heterogêneo. É o caso dos exemplos a seguir³:

(2) ...o medo da contaminação da aids tem modificado os hábitos sexuais da população, provocando novas ansiedades ou neuroses coletivas, a “aidsteria”...

(E 053 - ensaio);

(3) /.../ outra tendência vitoriosa (...) foi inventada pelos norte-americanos e batizada com o nome de “safe sex”... (E 053, ensaio);

(4) Tudo bem, a gente foi criado escutando rock, vestindo calça coringa americana, usando camiseta com nome em inglês, brincando de camonibói, e masclando chiclete (E152, artigo de jornal).

Nesses exemplos temos dois casos distintos: aspeia-se um neologismo (3) e um termo estrangeiro (4). Com isso significa-se que o termo está à margem, ou seja, que não faz parte daquela língua ou do uso corrente. No exemplo três, o itálico desempenha a mesma função das aspas do segundo exemplo. Vejamos outros casos:

³ Alguns desses exemplos foram analisados pelo bolsista de Iniciação Científica Laércio Cavalcanti.

(5) **Por outro lado, as elites intelectuais e políticas de Pernambuco por algum tempo ficaram “em cima do muro”, como se diz hoje, sem hostilizar e sem apoiar totalmente a Sudene.** (E150 - editorial)

(6) **...afinal, é através do sexo - da “sacanagem”, da “putaria”, da “viadagem”, que esta epidemia tem feito suas principais vítimas.** (E 053, ensaio).

Aqui as aspas marcam palavras de um outro nível de língua. Funcionam como uma asserção do nível não familiar ou vulgar do discurso em que elas aparecem.

As aspas permitem fazer comentários menos evidentes. Observe-se ainda os exemplos a seguir:

(7) **/.../ podem dessas escolas sair professores de português? delas saem professores de “comunicação”.** (E041, palestra do Professor Napoleão Mendes);

Temos aqui a indicação de reprodução de um termo, mas na forma de questionamento. Nesse caso, as aspas acrescentam um efeito de sentido ao enunciado do tipo: *o que está designado pela palavra X é apenas um pseudo-X*. Ou seja, com esses sinais o autor do texto marca uma posição de oposição.

(8) **/.../de acordo com esta “doutrina” platônica não haveria lugar para...** (resumo feito por um estudante de graduação, E018);

Observa-se aqui o que Authier chama *aspas de proteção*, quando o locutor, na falta de um termo mais apropriado, usa um aproximativo.

(9) **/.../ tudo nos leva a crer que desde o momento em que se descobrir a vacina e o remédio contra “a epidemia do século”, a humanidade estará...** (ensaio, E053)

Nesse exemplo, o autor retoma um termo empregado pela *vox populi*, quer dizer, indica a voz do povo inserida no discurso de uma individualidade.

As aspas e os demais sinais tipográficos podem ser usados para dar ênfase a um termo, expressão ou enunciado. É o caso do exemplo a seguir:

(10) **Esqueçam o que eu disse (2)**

“O executivo abusa da paciência e da inteligência do país quando insiste em editar medidas provisórias sob o pretexto de que, sem sua vigência imediata, o Plano Collor vai por água abaixo e, com ele, o combate à inflação. Com esse ou com pretextos semelhantes, **o governo afoga o Congresso numa enxurrada de ‘medidas provisórias’**. O resultado é lamentável: Câmara e Senado nada mais fazem do que apreciá-las aos borbotões. Nos últimos dois meses e meio, foram enviadas ao Congresso 42 medidas provisórias. O Congresso pode aprová-las ou rejeitá-las na íntegra e pode modificá-las. Se não as aprova no prazo de 30 dias, elas perdem validade. A partir daí surgem as complicações constitucionais. O que ocorre depois de eventual rejeição da medida provisória pelo Congresso?” (O negrito é por minha conta.)

Peço licença ao nosso inefável xogum Fernando 2º. para transcrever suas sábias palavras, publicadas a 07.06.90, uns cinco anos antes de Sua Majestade mandar que esquecêssemos o que ele disse. Deblaterava o então senador contra o mal costume *collorido*, herdado de Ribamar Sarney (o Marimbondo de Fogo), de estuprar a Constituição, transformando a MP em decreto-lei da ditadura. *Jornal do Commercio*, 18/04/1998. (Artigo de opinião - E153).

O itálico em *collorido* significa que o a palavra grafada com dois eles refere-se a Collor e não uma inadequação ao padrão vigente.

Pode-se fazer um paralelo entre os comentários implícitos feitos através dos sinais tipográficos com os dos elementos escriturais (margem, organização dos espaços em branco no texto, etc). Os textos antigos que descrevem a escrita fornecem indicações curiosas quanto ao significado dos elementos escriturais. No *Tratado sobre a maneira de escrever cartas e sobre o cerimonial com um discurso sobre o que se chama uso na língua francesa*, de Jean Desmarest de Saint-Sorlin, datado de 1735 (apud Arabyan 1998) encontramos as seguintes instruções:

“As cartas de cerimônia (‘en cérémonie’) são de dois tipos: aquelas que observam intervalos no alto, e no fim da carta e as que não tem nenhum.

Comumente, e de acordo com as regras, deve-se observar os intervalos quando se escreve para os superiores e para os inferiores; pode-se dispensar esses intervalos quando se escreve para os iguais e para os inferiores para os quais não há embaraço de conservar esta máxima” /.../

Na seqüência do texto há, em primeiro lugar, instruções para se escrever para o rei: onde se deve colocar o vocativo (três dedos depois de uma grande margem), quantas linhas deve haver entre o vocativo e o texto (três dedos), quantas linhas devem ser escritas na primeira página (três ou quatro) até onde se deve se escrever (no fim da página deveria restar três dedos em branco). No verso, continua-se na altura em que se escreveu o vocativo.

As margens e espaços em branco, no início e no final da carta, significam o grau de respeito a quem se escrevem: “de acordo com o respeito que se deve a quem se escreve, começa-se mais ou menos abaixo da margem”. Desmarest ensina também a forma de tratamento e a forma de encerrar a carta. Em seguida, descreve a forma de se dirigir aos grandes senhores, aos superiores, aos inferiores. É interessante notar que as “cartas em forma de bilhete”, para as trocas entre iguais e quase iguais, são sem intervalos, sem margens, ou seja, a falta de espaço em branco comunicam estima, amizade, familiaridade.

Pode-se dizer que essas margens funcionam como comentários implícitos sobre as condições sociais dos interlocutores: de acordo com a quantidade de espaços em branco se revela: sou seu súdito, seu superior, ou seu igual. (Desmarest informa que as nuances são infinitas na medida em que existe uma infinidade de graus de distância possível).

3 Considerações finais

Colocar marcas tipográficas significa retirar a transparência de uma palavra ou expressão na medida em que acrescenta algo sem necessariamente interromper o fio discursivo. Elas duplicam o dizer revelando uma falta de adequação das palavras, uma separação entre discurso próprio e de outrem, uma retomada, uma reserva ou rejeição, uma lacuna que deve ser preenchida pelo interlocutor. Enfim uma opacificação do termo que solicita um trabalho de interpretação.

Para concluir, eu diria que se as propostas de ensino, os PCNs e alguns livros didáticos foram elaborados a partir de uma concepção interativa da linguagem, ou seja, fundamentados na teoria da enunciação, o estudo das marcas tipográficas numa perspectiva enunciativa e não apenas formal ainda está para ser feito no ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

Bibliografia

ARABYAN, M. (1998). "Pour une approche multicanal de l'écriture: *blanc épistolaire et marque de distinction dans le Traité sur la*

manière d'écrire des lettres de Desmarest de Saint-Sorlin". Miméo.

AUTHIER-REVUZ, *heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

¾ ¾ (1979). "Parler avec des signes de ponctuation", ou: *de la typographie à l'énonciation*, DRLAV, 31.

¾¾ (1981) *Paroles tenues à distance*. Materialités discursives. Presses Univ. de Lille.

BAKHTIN, M. (1979) *Esthétique de la création verbale*. Paris, Gallimard.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V.(1977). *Le marxisme et la philosophie du langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. Paris, Minuit.

CUNHA, D. (1992). *Discours rapporté et circulation de la parole*. Leuven/Louvain-la-Neuve, Peeters/Publications Linguistiques de Louvain.

JAKOBSON, R, (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris, Editions de Minuit.

MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes: Editora da UNICAMP, 2ª edição.